

Instituições de Previdência, habitação urbana e circulação de ideias: considerações gerais (Natal, 1930-1960)

Luiza Maria Medeiros de Lima
Contato: luizamlima@hotmail.com

Linha de pesquisa: História da Arquitetura, do Urbanismo e do Território

INTRODUÇÃO

As CAP e IAP atuantes em Natal, entre os anos 1930 e 1960, financiaram e produziram moradias para diferentes categorias profissionais como parte de uma primeira “política” nacional de habitação, inserida no projeto desenvolvimentista de base urbano-industrial da “Era Vargas”. Ao criarem uma ampla estrutura técnico-administrativa corporativista, vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, eles estabeleceram condições operacionais para inversão dos recursos previdenciários no mercado imobiliário em cidades de todos os estados, mediante suas Carteiras Prediais.

Conformaram, assim, os primeiros escritórios públicos empenhados em conceber e aplicar soluções para moradia “higiênica” e “confortável” em larga escala no país, o que permitiu, segundo Bonduki (2014), a elaboração de “concepções de habitação” e “políticas de projeto” próprias, que se mostraram mais coerentes no âmbito do IAP dos Industriários – IAPI –, dos Comerciais – IAPC – e dos Bancários – IAPB. Essas perpassavam desde a aquisição de terrenos, definição de programas e tipologias, materiais e métodos construtivos, pautados em princípios de racionalização e economia, traduzindo referências diversificadas, que incluíram, mas excederam largamente o repertório “modernista” de matriz europeia (BONDUKI, KOURY, 2014; ALMEIDA, 2012; BOTAS, 2011).

Embora não se tenha constituído uma política consistente para o setor à época, abriu-se um novo campo experimental no enfrentamento das questões atinentes ao processo de urbanização e provisão habitacional dos trabalhadores, gerando um ciclo de projetos inovadores, de elevada qualidade arquitetônica e urbanística (BONDUKI, 1998, 2014; BONDUKI, KOURY, 2014; ALMEIDA, 2012, BRUNA, 2010).

De que maneira a operacionalização dessas intervenções, dispersas pelo território nacional, favoreceu o trânsito de ideias e propostas relativas à

moradia urbana no Brasil e, em particular, no caso de Natal?

OBJETIVOS

Compreender o papel da estruturação das Carteiras Prediais das CAP/IAP na potencialização da circulação de ideias acerca da produção da moradia na capital potiguar. Mais especificamente, tenciona-se caracterizar os principais meios pelos quais tais órgãos promoveram discussões ou interlocução de ideias, de maneira geral, e identificar sua aplicação em Natal.

METODO

Inicialmente, foram selecionados e sistematizados, a partir da literatura disponível, aspectos da ação das CAP e IAP que sugeriam a criação de oportunidades mais ou menos diretas para circulação de ideias, quais sejam: obras, documentos, eventos, deslocamentos e contatos profissionais. Em seguida, recorreu-se a levantamento de dados em jornais da época – em especial *Tribuna* e *A Ordem* – e no banco de dados “Empreendimentos” do Grupo de História da Cidade, do Território e do Urbanismo – HCUrb –, que contabiliza 584 registros de processos imobiliários, originalmente arquivados no INSS-RN.

DESENVOLVIMENTO

A estrutura organizacional das CAP e IAP, criadas, sobretudo, durante o I Governo Vargas (1930-1945) – no contexto de profunda reforma e ampliação do aparelho estatal – implicou na instituição das seguintes práticas que favoreciam a circulação de ideias sobre habitação:

1. Participação direta das instituições em debates técnicos promovidos em congressos e reuniões nacionais e internacionais, além de concursos¹;



2. Publicações nos meios impressos de ampla circulação e especializados, produção própria de periódicos, textos avulsos e organização de exposições, que davam visibilidade à produção, estendiam o alcance das discussões internas, fomentava e criava novos espaços de interlocuçãoⁱⁱ;

3. Articulação de profissionais pela conformação de corpos técnicos capacitados nos Escritórios Centrais, no Rio de Janeiro, e nas delegacias estaduais/regionais, que incluíram uma gama de engenheiros e arquitetos – entre eles, adeptos do modernismo –, os quais circulavam no país a serviço das instituições; e contratação de escritórios externos, de caráter reconhecidamente inovador, para conceber projetosⁱⁱⁱ;

4. Elaboração de diretrizes projetuais, tipos e modelos padrão de unidades pelas Divisões de Engenharia, que serviriam de base a vários empreendimentos;

5. Divulgação, entre as agências locais, de normas e formulários para avaliação de imóveis, especificações e orçamentos, bem como definição de rotinas processuais que implicavam no traslado de projetos e documentos conexos entre as delegacias e instâncias centrais, para avaliação e aprovação dos financiamentos individuais, construção e compra de vilas e conjuntos.

Em Natal, identificou-se desdobramentos mais diretos dos aspectos acima, à exceção do primeiro. Há, nesse sentido, indícios que comprovam a circulação de impressos oficiais, como as revistas do IAPC, do IAPI, e da CAP dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns (REVISTAS, 1937, p. 3), além da divulgação, ainda que pontual, de obras inovadoras no centro-sul na imprensa local, que destacou um conjunto cujas casas foram entregues mobiliadas (LEGÍTIMA..., 1938, p. 2).

Figura 01 - Revista Industriários (1953).



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFRN

Em relação aos profissionais, observou-se que se credenciaram nas delegacias, sobretudo, engenheiros potiguaros formados em Recife, dentre os quais sobressaiu-se Wilson Miranda^{iv}. Registrou-se, entretanto, a vinda do engenheiro-arquiteto carioca

Afonso Celso de Ouro Preto^v, do IPASE, em 1955, para gerir as obras do II Conjunto e da nova sede do Instituto. Assim, as unidades geminadas da Vila 19 de Abril, de 1941, do I e II Conjunto do IPASE, de 1945 e 1955, bem como os prédios e casas isoladas do Conjunto Nova Tirol, de 1958, do IAPC, parecem ter resultado da adaptação pelos técnicos locais de padrões institucionais, desenvolvidos pelas Divisões de Engenharia dos IAP^{vi}, sob suas premissas de racionalização construtiva e espacial (BONDUKI, 2014), e que foram utilizados em obras no Rio de Janeiro, Curitiba, São Luís e Belém, documentadas no inventário de Bonduki e Koury (2014).

Figura 02 - Conjuntos: Nova Tirol - Natal (1-2), Coelho Neto-Rio de Janeiro (3) João Gualberto - Curitiba (4)



Fonte: Acervo HCUrb (2008) e Bonduki e Koury (2014)

Por fim, destaca-se a utilização de formulários de cada instituto para avaliação dos imóveis, que direcionavam o olhar dos avaliadores sobre moradias existentes e projetadas para Natal. Ao serem encaminhados junto aos projetos à capital da República, esses permitiram certa interferência de pareceristas dos Escritórios Centrais nas unidades financiadas isoladamente, sobretudo no IAPC e IAPB, como exigência de pequenas melhorias – inclusive com indicação de alternativas para iluminação e ventilação dos cômodos, ressalvas sobre a qualidade dos materiais e atendimento a normas federais, visando maior segurança e durabilidade.

A operação dessas instituições, em Natal, deu-se num momento de assimilação de tendências racionalizantes na arquitetura, adensamento e expansão – por loteamentos privados (FERREIRA, 1996) – da área urbana, no qual assistiu-se à precarização das condições de moradia e dos serviços urbanos, face à relativa obsolescência dos instrumentos urbanísticos (DANTAS, 2003). Nesse contexto, tal “política” contribuiu tanto



3º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

para o conhecimento, nos círculos locais, de soluções inovadoras concretizadas no país, como ajudaram a promover condições mínimas de “higiene” e “conforto” em parte das construções financiadas. Além disso, apesar do caráter – em geral – mais conservador da produção, esses órgãos introduziram nos agrupamentos residenciais que construíram diretamente, aspectos como a heterogeneidade de tipos e diversidade arquitetônica, racionalização dos projetos das unidades, inserção urbana adequada – com facilidade de acesso a eixos de circulação e transporte público, equipamentos e serviços coletivos, traduzindo elementos constantes nas “concepções de habitação” (BONDUKI, 2014) desenvolvidas no seio das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das CAP e IAP no campo da habitação, além de viabilizar a produção de obras com expressivo valor arquitetônico e urbanístico, resultou na criação de espaços institucionais privilegiados para discussão, experimentação e divulgação de propostas para a moradia urbana na “cidade moderna”, em escala nacional. Nesse contexto, articularam uma série de estratégias e instrumentos que potencializaram a circulação de ideias atinentes à problemática no país, ora em acelerado processo de urbanização. Em Natal, criaram canais por meio da imprensa, de contatos profissionais difusos, do trânsito de avaliações, projetos-padrão institucionais e projetos individuais financiados no “circuito” Escritórios Centrais-Órgãos Locais. Concorreram, desse modo, para introduzir melhorias nas condições materiais de habitação, ainda que de uma parcela restrita da população, especialmente nos conjuntos e vilas construídos diretamente pelos órgãos.

AGRADECIMENTOS

À professora Angela Lúcia Ferreira, ao Grupo de Pesquisa HCurb e ao CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caliane C. Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964). 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, São Carlos, 2012.

BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da Habitação Social no Brasil: Cem anos de política pública*. São Paulo: Unesp: Sesc, 2014. v. 1.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. *Os pioneiros da Habitação Social no Brasil: inventário da produção pública no entre 1930 e 1964*. São Paulo: Unesp: Sesc, 2014. v. 2.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia. *Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, São Carlos, 2011.

BRUNA, Paulo. *Os primeiros arquitetos modernos: Habitação Social no Brasil, 1930-1950*. São Paulo: EDUSP, 2010.

LEGÍTIMA obra de amparo social. A Ordem, 15 de junho de 1938, p. 2.

DANTAS, Ana Caroline de C. L. *Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PPGAU, UFRN. Natal, 2003.

LEGÍTIMA obra de amparo social. A Ordem, 15 de junho de 1938, p. 2.

FERREIRA, Angela Lúcia. *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil*. 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 1996.

REVITAS. A Ordem, 07 de julho de 1937, p. 3.

NOTAS

ⁱ A título de exemplo, pode-se citar a participação do IAPI no IV Congresso Pan Americano de Arquitetos em Montevideu (1940) e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE –, como organizador do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, de 1963 (BONDUKI, 2014).

ⁱⁱ Dentre as publicações oficiais, destacam-se o Boletim do Ministério do MITC, no qual constaram vários artigos sobre o tema da moradia, muitos de autoria do Eng. Arquiteto Rubens Porto – importante idealizador inicial da “política” – que depois os publicou, de forma independente, no livro “O problema das casas operárias e os Institutos e Caixas de Pensões”, em 1938; a Revista do IAPI –



Inapiários, dos funcionários do mesmo órgão –, a Revista do IAPC, do IAPB, do IAPETC – antes CAPTTAC –; o livro “o IAPTEC e lar dos seus associados”, entre vários outros. Bonduki (2014) cita exposições de projetos e obras organizadas pelo IAPI em Curitiba e pelo IAPC, no Rio de Janeiro.

ⁱⁱⁱ Pode-se citar, entre os integrantes dos corpos técnicos: Carlos Frederico Ferreira e Edmar Penna de Carvalho (IAPI), Ulisses Hellmeister, Jayme da Silva Telles (IAPC), Carlos Leão, Aldary Toledo e João Filgueiras Lima (IAPB). Dentre os profissionais externos contratados, Attílio Corrêa Lima, depois integrado ao corpo técnico do IAPI, Irmãos Roberto, Paulo Antunes Ribeiro e Kneese de Melo.

^{iv} Natural de Caraúbas, Wilson de Oliveira Miranda diplomou-se engenheiro civil em 1943 pela Escola de Engenharia de Pernambuco, sendo nomeado Engenheiro-ajudante da Diretoria de Obras da Prefeitura de Natal em 1944. Em 1947 integrou o Conselho de Habitação Popular de Natal e, ao longo da década de 1950 e 1960, exerceu diversos cargos junto à Administração Municipal, chegando a assumir a Prefeitura entre 1954 e 1956. Um dos fundadores da Escola de Engenharia da UFRN, lecionou as cadeiras “Organização Industrial” e “Construção Civil e Arquitetura”. Foi o principal avaliador e fiscal de obras dos órgãos de previdência na capital potiguar.

^v Formado engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes, ocupava, desde 1954, o cargo de Chefe da Seção de Controle de Obras da Divisão de Engenharia do IPASE. Frequentou a ENBA entre 1929 e 1934, período que incluiu a primeira palestra de Le Corbusier (1929) e a emblemática diretoria de Lúcio Costa (1930-1931).

^{vi} Em fins da década de 1960, o IPASE contratou o arquiteto potiguar Ubirajara Galvão para projetar seus últimos conjuntos, em Lagoa Nova, além de outros empreendimentos no Nordeste (ALMEIDA, 2012). A iniciativa de contratação de profissionais externos às divisões para desenvolver projetos habitacionais para Natal pelos IAP inseriu-se, portanto, em momento distinto da política habitacional brasileira, já sob a égide do Regime Militar.

